



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábiana Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

TRAJETÓRIA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA MEDICINA INTEGRATIVA E COMPLEMENTAR NO BRASIL

TRAJECTORY OF THE INSTITUTIONALIZATION OF INTEGRATIVE AND COMPLEMENTARY MEDICINE IN BRAZIL

LA TRAYECTORIA DE LA INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA MEDICINA INTEGRATIVA Y COMPLEMENTARIA EM BRASIL

RESUMO

O artigo pretende destacar alguns momentos do percurso histórico, político e social percorrido pela sociedade brasileira no sentido de institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares (PICs) em saúde. Tem-se como objetivo geral apresentar o tema proposto, e como objetivo específico, destacar sumariamente os principais acontecimentos e normativas que fomentaram a elaboração e operacionalização da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC). Com um reconhecimento crescente de seus benefícios, a medicina integrativa está remodelando a forma como os cuidados de saúde são percebidos e prestados, marcando uma mudança significativa em direção a uma abordagem mais abrangente e centrada no paciente. Com relação à metodologia, realizou-se uma revisão de literatura do tipo descritiva e qualitativa. Compreende-se que o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a manifestar a necessidade de institucionalização dessas práticas no sistema público de saúde, e isso ocorreu em 2006, com a elaboração da PNPIC. Sabe-se que a prática de medicina integrativa e complementar deve estar em consonância com os princípios balizadores do SUS, e a oferta de terapias múltiplas, se bem realizada, contribui significativamente para promoção de uma saúde integral. Contudo, o debate político e social é sempre necessário para fortalecer iniciativas, esclarecer a população, promover pesquisas e ações, dentro e fora do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: Política em saúde; práticas integrativas e complementares; SUS.

ABSTRACT

This article aims to highlight some moments in the historical, political, and social journey undertaken by Brazilian society towards the institutionalization of Integrative and Complementary Practices (PICs) in health. The general objective is to present the proposed theme, and the specific objective is to briefly highlight the main events and regulations that fostered the development and operationalization of the National Policy on Integrative and Complementary Practices (PNPIC). With a growing recognition of its benefits, integrative medicine is reshaping how healthcare is perceived and delivered, marking a significant shift towards a more comprehensive and patient-centered approach. Regarding methodology, a descriptive and qualitative literature review was conducted. It is understood that Brazil was one of the first countries in Latin America to express the need for the institutionalization of these practices in the public health system, and this occurred in 2006 with the development of the PNPIC. It is known that the practice of integrative and complementary medicine must be in line with the guiding principles of the Brazilian Unified Health System (SUS), and the provision of multiple therapies, if well implemented, contributes significantly to the promotion of comprehensive health. However, political and social debate is always necessary to strengthen initiatives, inform the public, and promote research and actions, both within and outside the Ministry of Health.

Keywords: Health policy; integrative and complementary practices; Brazilian Unified Health System (SUS).

RESUMEN

Este artículo busca destacar algunos momentos del recorrido histórico, político y social de la sociedad brasileña hacia la institucionalización de las Prácticas Integrativas y Complementarias (PIC) en salud. El objetivo general es presentar el tema propuesto, y el objetivo específico es destacar brevemente los principales eventos y regulaciones que impulsaron el desarrollo y la implementación de la Política

Nacional de Práticas Integrativas y Complementarias (PNPIC). Con el creciente reconocimiento de sus beneficios, la medicina integrativa está transformando la percepción y la prestación de la atención médica, marcando un cambio significativo hacia un enfoque más integral y centrado en el paciente. En cuanto a la metodología, se realizó una revisión bibliográfica descriptiva y cualitativa. Brasil fue uno de los primeros países de América Latina en expresar la necesidad de la institucionalización de estas prácticas en el sistema público de salud, lo que ocurrió en 2006 con el desarrollo de la PNPIC. Es sabido que la práctica de la medicina integrativa y complementaria debe estar en consonancia con los principios rectores del Sistema Único de Salud (SUS) de Brasil, y la provisión de múltiples terapias, si se implementa adecuadamente, contribuye significativamente a la promoción de la salud integral. Sin embargo, el debate político y social siempre es necesario para fortalecer iniciativas, informar a la ciudadanía y promover investigaciones y acciones, tanto dentro como fuera del Ministerio de Salud.

Palavras-clave: Política de salud; prácticas integrativas y complementarias; Sistema Único de Salud (SUS).

1 INTRODUÇÃO

O cerne da medicina integrativa e complementar reside na crença de que os seres humanos possuem dimensões emocionais, mentais e espirituais que são essenciais no diagnóstico e tratamento de doenças e na promoção do bem-estar (Katz, 2024). O autor explica que esse tipo de medicina integra uma variedade de terapias e mudanças no estilo de vida para tratar mente, corpo e espírito, incluindo o uso de práticas baseadas em evidências, como medicamentos, psicoterapia, acupuntura e ioga, garantindo um cuidado bem coordenado entre diferentes profissionais e especialistas.

Contudo, Ng *et al.* (2023) afirmam que a definição de medicina complementar, alternativa e integrativa permanece dinâmica e complexa, apesar do aumento constante na popularidade/uso dessas terapias em todo o mundo. No Brasil, a denominação oficial utilizada é Práticas Integrativas e Complementares (PICs), e a inclusão dessas práticas “como tema de interesse para a pauta social aconteceu em um contexto de contestação da ditadura militar e defesa do estabelecimento do estado de direito, e de um sistema público de acesso universal aos serviços de saúde” (Silva *et al.*, p. 5).

Atualmente, se encontra em vigor a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, instituída em 2006 pela Portaria Ministerial nº. 971, que objetiva “incorporar e implementar as Práticas Integrativas e Complementares no SUS, na perspectiva da prevenção de agravos e da promoção e recuperação da saúde, com ênfase na atenção básica, voltada ao cuidado continuado, humanizado e integral” (Brasil, 2006).

Nesse contexto, o artigo pretende apresentar um referencial teórico que esclareça o percurso histórico, político e social percorrido pela sociedade brasileira no sentido de institucionalização das PICs. Tem-se como objetivo geral apresentar o tema proposto, e como objetivo específico, destacar sumariamente os principais acontecimentos e normativas que fomentaram a elaboração e operacionalização da PNPIIC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

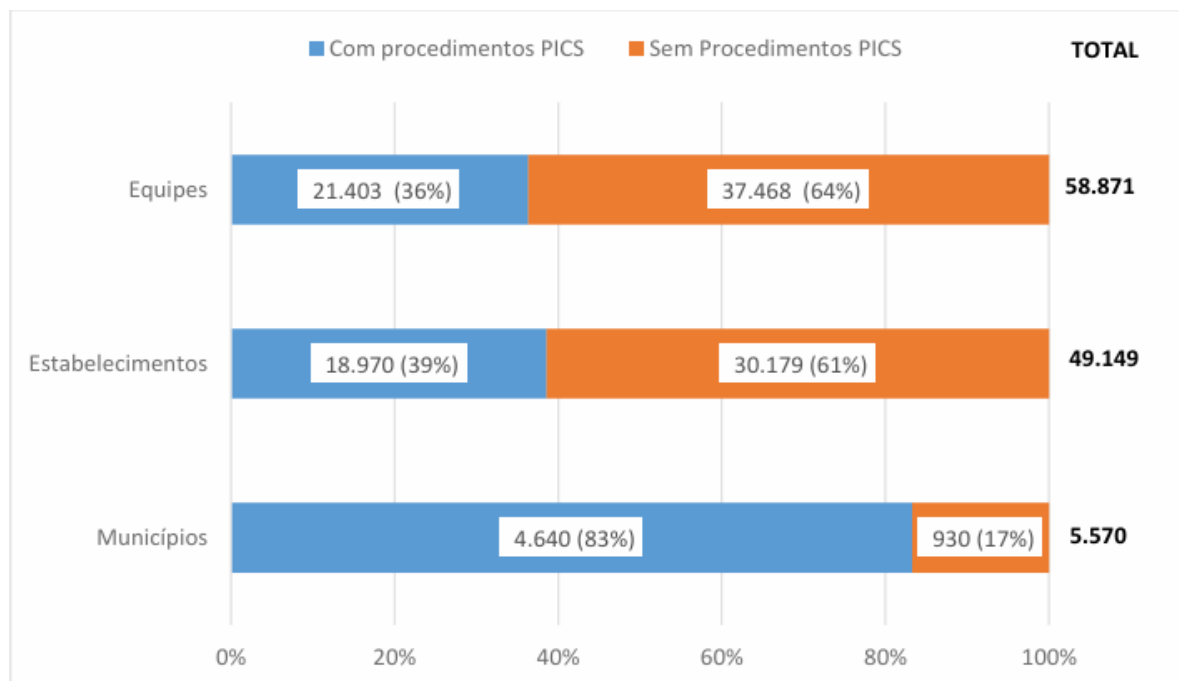
O conceito de saúde integrativa evoluiu significativamente ao longo dos anos, ganhando mais reconhecimento e implementação em diversas áreas. A esse respeito, Katz (2024) esclarece que a saúde integrativa combina práticas médicas convencionais com abordagens complementares de forma coordenada, focando no tratamento da pessoa como um todo, em vez de sintomas ou doenças isoladas.

Essa abordagem holística inclui uma variedade de intervenções, como medicamentos, reabilitação física, psicoterapia, juntamente com métodos complementares como acupuntura, ioga e probióticos (Katz, 2024). Trata-se de terapêutica que abrangem terapias convencionais e complementares para focar na pessoa como um todo, e no estilo de vida, não apenas no corpo físico.

No Brasil, as PICs oferecem uma abordagem multidimensional para o bem-estar, considerando dimensões biológicas, genéticas, baseadas em risco, ambientais, psicológicas, espirituais, éticas, familiares e sociais da saúde e das doenças de um indivíduo (Cawthorn, 2025). Essa abordagem reconhece a singularidade de cada paciente, o relacionamento que o paciente tem com sua equipe de atendimento e a responsabilidade do paciente pela sua saúde.

De acordo com o último levantamento realizado pelo Ministério da Saúde, “em 2023, as PICS foram registradas em 4.640 municípios, 83% do total, em 18.970 estabelecimentos de saúde, 39% do total, e por 21.403 equipes de saúde” (Brasil, 2024), conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de municípios, estabelecimentos e equipes com procedimentos de PICS registrados na APS



Fonte: Brasil (2024, p. 60).

Com base nesses e em outros dados publicados em um extenso relatório de monitoramento, compreende-se que é necessário analisar o cenário que culminou com a formulação da PNPIC, bem como os desdobramentos atuais que amparam a oferta de terapias integrativas no SUS.

3 METODOLOGIA

A investigação metodológica desta pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica de caráter descritivo e com análise qualitativa, em documentos legislativos e artigos científicos produzidos por pesquisadores e/ou grupos de pesquisa, com discussões acerca do tema.

O material foi coletado em repositórios acadêmico-científicos que hospedam produções acadêmicas (Repositório Capes, SciELO, PubMed), com base nos descritores “política em saúde”, “práticas integrativas e complementares” e “SUS”. As pesquisas que compõem os resultados tiveram como critérios de inclusão: terem sido publicadas nos últimos 10 anos, em idioma pátrio ou estrangeiro, sendo suficiente para o atendimento dos objetivos pretendidos.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Afirma-se que, “desde a década de 1980, experiências diversas de implantação de serviços de PICS no SUS, no âmbito dos estados e municípios, foram instauradas de forma desigual e descontinuada devido à falta de regulamentação” (Silva, *et al.*, 2020, p. 8). A esse respeito, no Brasil, a trajetória das PICS tem sido marcada por amplos debates nas últimas décadas, com destaque para a prática de diversas modalidades no SUS.

O país foi um dos primeiros da América Latina a manifestar a necessidade de institucionalização dessas práticas no sistema público de saúde, observando-se nos anos 70, um relevante crescimento do uso de medicina não convencional pelas classes médias urbanas (Silva *et al.*, 2020). Nesse contexto, a OMS elaborou o Programa de Medicina Tradicional, no final da década de 1970, objetivando a formulação de políticas nessa área.

Desde então, vários acontecimentos e normativas tem contribuído para a institucionalização da PNPIC (Brasil, 2015). De forma sucinta, lista-se os principais eventos e regulamentações que compõem o processo de construção dessa política, atualmente em vigor no SUS.

Quadro 1 – Principais eventos e documentos de composição da PNPIC

Ano	Principais e eventos e documentos da trajetória de construção da PNPIC
1979	Criação da Associação Médica Homeopática Brasileira.
1980	O Conselho Federal de Medicina reconhece a homeopatia como especialidade médica.
1985	Celebração de convênio entre o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), a Fiocruz, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o Instituto Hahnemaniano do Brasil celebram um convênio para institucionalizar a assistência homeopática na rede pública de saúde.
1986	Em um cenário caracterizado pela Reforma Sanitária, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS), na qual deliberou-se pela introdução de práticas alternativas de assistência à saúde no âmbito dos serviços de saúde, possibilitando ao usuário o acesso democrático de escolher a terapêutica.
1996	Realização da 10ª Conferência Nacional de Saúde, que aprovou a incorporação ao SUS, em todo o País, de práticas de saúde alternativas e práticas que eram populares.

1999	Inclusão das consultas médicas em homeopatia e acupuntura na tabela de procedimentos do SUS.
2000	Realização da 11ª Conferência Nacional de Saúde que recomendou a inclusão na atenção básica, de práticas não convencionais de terapêutica, como acupuntura e homeopatia.
2003	Criação de um grupo de trabalho no Ministério da Saúde para elaborar a Política Nacional de Medicina Natural e Práticas Complementares (PMNPC) no SUS (atual PNPIC).
2003	Realização da 1ª Conferência Nacional de Assistência Farmacêutica, que enfatizou a importância de ampliação do acesso aos medicamentos fitoterápicos e homeopáticos no SUS.
2003	Realização da 12ª Conferência Nacional de Saúde, que deliberou pela efetiva inclusão de medicina integrativa e complementar no SUS.
2005	Decreto Presidencial de 17 de fevereiro de 2005, que cria o grupo de trabalho para elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
2006	Criação da Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares – composta por diretrizes para implantação de serviços de acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo e medicina antroposófica no SUS.
2008	Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos – descreve ações, gestores, órgãos envolvidos, prazos e origens dos recursos com abrangência de toda a cadeia produtiva
2017	O Ministério da Saúde publicou a portaria nº 849/2017, por meio da qual inclui na PNPIC 14 novas práticas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2015).

Verifica-se um importante papel das conferências nacionais em saúde, cujos principais relatórios apoiaram a oferta de PICs no SUS, o que demonstra uma evolução legislativa no sentido de normatizar a integração de saberes tradicionais à medicina moderna, proporcionando uma abordagem mais holística e acessível à saúde pública (Calvi; Rabi; Viana, 2021).

Atualmente, existem 29 modalidades de PICs oferecidas no SUS, e a demanda é latente. Dentre as mais procuradas, a acupuntura foi apontada como uma das cinco modalidades mais demandadas, entre os anos de 2017 e 2023 (Brasil, 2024). Ressalta-se que em 2018, foram incluídas mais 10 tipos de práticas na PNPIC, e naquele mesmo ano, o Ministério da Saúde realizou o 1º Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Saúde Pública (Silva *et al.*, 2020).

Após a criação da PNPIC, “as Conferências Nacionais de Saúde realizadas

em 2008, 2011 e 2015, trouxeram propostas que reafirmaram a necessidade de fortalecimento e implementação da política em todo o país” (Silva, *et al.*, 2020, p. 9). Fazia-se necessário uma articulação entre os níveis do governo e pactuação orçamentária para execução da política.

Sabe-se que a prática de medicina integrativa e complementar deve estar em consonância com os princípios balizadores do SUS, e a oferta de terapias múltiplas, se bem realizada, contribui significativamente para promoção de uma saúde integral. Contudo, o debate político e social é sempre necessário para fortalecer iniciativas, esclarecer a população, promover pesquisas e ações, dentro e fora do Ministério da Saúde.

A criação de um grupo de trabalho para avaliar a oferta de PICs pela primeira vez desde a implantação da política nacional, foi de fundamental importância, uma vez que “foram identificados 232 municípios com oferta de alguma PIC, incluindo todas as capitais[...]. O uso estratégico de [...] uma pesquisa nacional foi importante para promover posição política e consolidar argumentos de defesa das PICS” (Silva *et al.*, 2020, p. 12).

Os autores acrescentam que

com a publicação da política, o Departamento de Atenção Básica (DAB) do Ministério da Saúde passou a responder pela condução federal da PNPIC, desempenhando o papel de monitoramento, normatização, sensibilização e divulgação de informações sobre a política. Nos últimos anos, a política esteve sob gestão da Coordenação Geral de Áreas Técnicas (CGAT/DAB) do DAB. Atualmente, as PICS integram a Coordenação Geral de Gestão da Atenção Básica (CGGB/DAB) (Silva *et al.*, 2020, p. 16).

Ainda que a existência da PNPIC eleve o Brasil à condição de país que reconhece e viabiliza a utilização de práticas integrativas e complementares pelo sistema público de saúde, a política não garante a plena operacionalização dos serviços. Silva *et al.* (2020) afirmam que é inegável que o assunto faça parte da agenda da política em saúde, contudo, aspectos importantes, como financiamento e qualificação profissional, são pautas que apresentam problemas e demandam ações governamentais, revelando “uma estrutura ainda frágil de ampliação na implantação dessas práticas” (p.16).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na reflexão realizada, compreende-se o Brasil é um país que reconhece e viabiliza a utilização de práticas integrativas e complementares pelo sistema público de saúde, sem, contudo, a garantir plenamente a operacionalização dos serviços. É fato que sempre existe a necessidade de fomentar o assunto nas diversas esferas do governo e da sociedade, pois são pautas que demandam políticas públicas para fins de orçamento, estruturação, regulamentação e atendimento integral e eficaz da população, no que se refere à saúde.

Muitas práticas foram integradas ao SUS nos últimos anos, e verificou-se a importância das conferências nacionais de saúde na defesa da institucionalização das PICs. Ademais, é sabido que essas práticas contribuem para mudanças multidisciplinares, e o cenário de crescimento da demanda por tratamentos integrativos e complementares reafirma a necessidade de ações governamentais efetivas.

Trata-se de pluralismo médico, que pode ser definido como a existência de mais de um sistema médico e diferentes abordagens disponíveis para os indivíduos promoverem a saúde e tratarem doenças. Nesse sentido, sugere-se a realização de novas pesquisas, multimetodológicas, para fomentar discussões e reflexões a respeito da atual PNPICs, seus efeitos, benefícios e pontos de fragilidade.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e sob olhar atento e respaldado, o Ministério da Saúde aprovou, através da Portaria GM/MS no 971, de 3 de maio de 2006, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC).** Ministério da Saúde. Brasília, DF: 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pics/pnpic>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS:** Atitude de ampliação de acesso. Ministério da Saúde, Brasília, DF: 2015. Disponível em: <https://share.google/MxCKf3x7RbyUl1jgT>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Relatório de Monitoramento Nacional das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde nos Sistemas de Informação em Saúde do SUS - Núcleo Técnico de Gestão da PNIPIC.** Ministério da Saúde. Brasília, DF: 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/2024/relatorio-de-monitoramento-nacional-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2025.

BRASIL. **Práticas Integrativas e Complementares em Saúde crescem 70% e ampliam o acesso ao cuidado integral no SUS.** Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/ptbr/assuntos/noticias/2025/marco/praticasintegrativas-e-complementares-em-saude-crescem-70-e-ampliam-o-acesso-ao-cuidado-integral-no-sus>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CALVI, R. L.; RABI, L. T.; VIANNA, W. O. Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e a implementação no Sistema único de Saúde (SUS): uma Breve Revisão. **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n.6, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n6-444>. Acesso em: 10 dez. 2025.

CAWTHORN, A. *Foundations of integrative health: bridging traditional and holistic approaches.* IWU, 2025. Disponível em: <https://www.indwes.edu/articles/2025/05/foundations-of-integrative-health>. Acesso em: 10 dez. 2025.

KATZ, J. M. *What is Integrative Medicine? A Comprehensive Guide.* **American Institute of Health Care Professionals**, 2025. Disponível em: <https://aihcp.net/2024/06/06/what-is-integrative-medicine-a-comprehensive-guide>. Acesso em: 10 dez. 2025.

NG, J. Y.; DHAWAN, T.; FAJARDO, R. G.; MASOOD, H. A.; SUNDERJI, S.; WIELAND, L. S.; MOHER, D. *The brief history of complementary, alternative, and integrative medicine terminology and the development and creation of an operational definition.* **Integrative Medicine Research**, v. 12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.imr.2023.100978>. Acesso em: 10 dez. 2025.

SILVA, G. K. F.; SOUSA, I. M. C.; CABRAL, M. E. G. S.; BEZERRA, A. F. B.; GIMARÃES, M. B. L. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 1, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300110>. Acesso em: 10 dez. 2025.

